

VISÃO DO CORREIO

Esperança contra o HIV esbarra no desafio pelo acesso

A decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de conceder o registro ao lenacapavir, um medicamento injetável de ação prolongada, administrado semestralmente, renova as esperanças na longa batalha contra a epidemia de HIV. Com a aprovação, oficializada nesta segunda-feira, o Brasil dá um passo regulatório fundamental para modernizar suas estratégias de prevenção e tratamento. Contudo, a celebração do avanço técnico não pode ofuscar um ponto fundamental: a inovação, por si só, não salva vidas se não estiver ao alcance de quem precisa.

A nova substância ainda não é uma vacina, nem a cura definitiva. Mas representa uma evolução robusta da chamada Profilaxia Pré-Exposição (PrEP). Sua grande virtude reside na substituição da disciplina diária de comprimidos, sujeita a esquecimentos e ao estigma social, por duas injeções anuais. Para populações vulneráveis e indivíduos com dificuldade de adesão ao tratamento convencional, essa mudança de paradigma é essencial para a sobrevivência.

No entanto, o abismo entre a aprovação regulatória e a efetiva distribuição no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda é imenso, causado pelas cifras proibitivas. O custo atual do tratamento, praticado em mercados internacionais, é incompatível com a realidade orçamentária brasileira. Cria-se, assim, um dilema ético e sanitário: de nada adianta dispor de uma “bala

de prata” farmacológica se ela permanecer restrita às prateleiras das clínicas privadas ou a uma elite econômica, enquanto a epidemia continua a prejudicar quem nunca teve condições financeiras.

É oportuno lembrar que o Brasil tem um histórico invejável no combate à Aids, reconhecido globalmente pela ousadia de quebrar patentes e negociar preços agressivos nas décadas de 1990 e 2000, em um processo liderado pelo então ministro da Saúde, José Serra, e que se seguiu nas gestões posteriores. Esse legado de soberania sanitária precisa ser invocado agora.

O caminho para que o lenacapavir chegue aos postos de saúde de todo o país é, obviamente, longo e burocrático, passando ainda pela avaliação de custo-efetividade da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

Obstáculos orçamentários, porém, não podem servir de justificativa para a inércia. A equação financeira deve ser resolvida, jamais ignorada. Neste momento, o Ministério da Saúde tem diante de si a tarefa árdua de travar uma negociação firme com a fabricante, utilizando o poder de compra estatal como alavanca para reduzir os valores a patamares exequíveis.

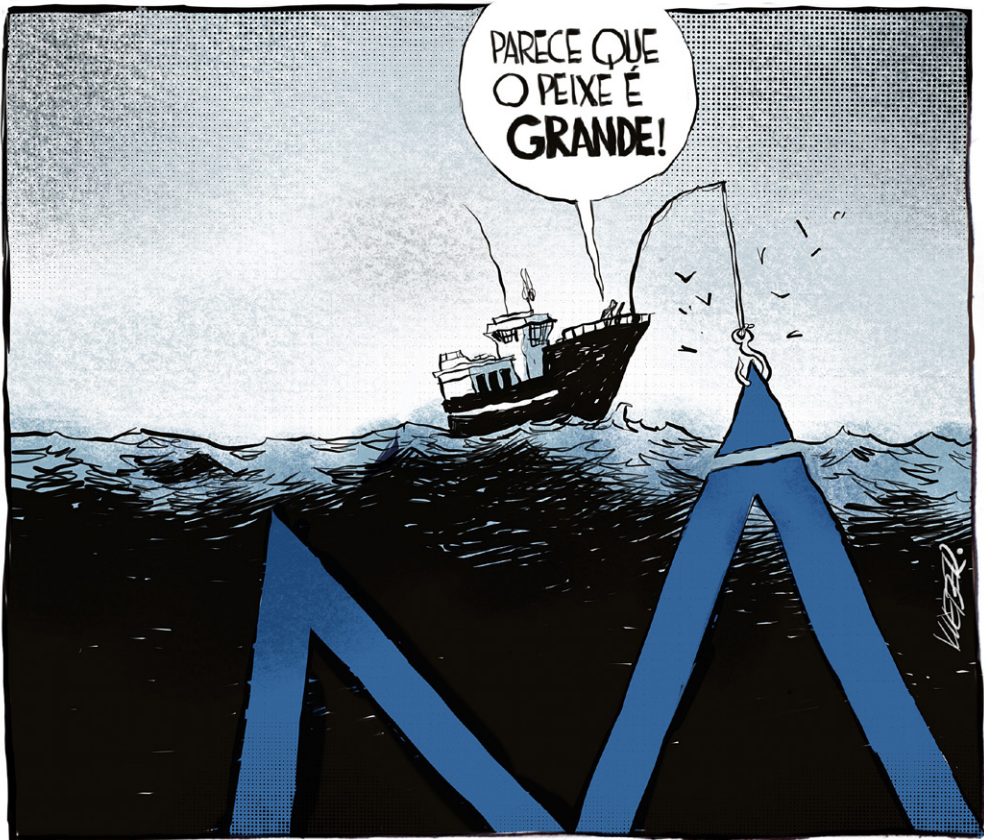
É imperativo que a vontade política se sobreponha à lógica puramente mercadológica, garantindo que o interesse público prevaleça. A tecnologia já fez a sua parte. Cabe agora ao Estado garantir que ela cumpra sua função social.

sociais, onde a imagem fala mais alto do que qualquer nota oficial.

Há, nesse fenômeno, um aspecto que não deve ser demonizado de partida. A sátira política sempre fez parte da vida democrática. Charges, caricaturas, programas humorísticos e paródias audiovisuais cumprem o papel de tensionar o poder, expor contradições e provocar reflexão. A inteligência artificial, nesse sentido, apenas amplia o repertório estético disponível, permitindo encenar críticas ácidas ou narrativas elogiosas com um grau de realismo que impressiona e engaja. Quando bem identificados como peças de humor ou propaganda, esses vídeos dialogam com uma tradição legítima de crítica pública.

O problema surge justamente na zona cinzenta que essa tecnologia inaugura. A linha que separa o meme da denúncia, ou a ficção da acusação, torna-se cada vez mais tênue. Vídeos hiper-realistas podem sugerir comportamentos, falas ou situações que nunca ocorreram, mas que, uma vez lançados no fluxo acelerado das redes, ganham status de verdade para parcelas significativas do público. A velocidade da circulação supera a capacidade de checagem, e o impacto emocional precede qualquer verificação racional. Não é difícil imaginar conteúdos que coloquem autoridades em situações comprometedoras, fabricadas digitalmente, mas verossímeis o suficiente para causar danos imediatos à reputação, à confiança institucional e até à estabilidade política. Em contextos de polarização intensa, a predisposição a acreditar no que confirma convicções prévias torna o ambiente ainda mais vulnerável à manipulação.

O desafio, portanto, não está em proibir ou censurar essas ferramentas, o que seria ineficaz e indesejável, mas em reconhecer riscos e exigir transparência, responsabilidade e educação midiática. Estamos preparados?



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Integridade democrática

O conhecimento não nasce apenas da educação formal. Ele se constrói também a partir de estímulos intelectuais, emocionais e físicos que moldam a experiência humana. Técnicas variadas solidificam o saber, que vai além da simples exposição às disciplinas curriculares. O ensino, para ser eficaz, deve incorporar atividades lúdicas e integrar artes, cultura, ciência e tecnologia em proporções equilibradas. Nesse contexto, a lucidez intelectual é possível em uma democracia, mas não está garantida. Ela depende de condições sociais e políticas que assegurem educação de qualidade, liberdade de expressão e diversidade de pensamento. Sem esses pilares, tende a se concentrar em grupos privilegiados. O apoio declarado à democracia não basta. Em situações de conflito de valores ou interesses, governadores e governados podem falhar em condenar práticas antidemocráticas, colocando em risco o futuro democrático. A resiliência institucional exige mais do que regras e decisões judiciais: depende da disposição cidadã em priorizar a integridade democrática.

» **Marcos Fabrício**
Asa Norte

Banco Master

Ao que tudo indica, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), usou a Polícia Federal (PF) apenas para recolher e guardar provas envolvendo o Banco Master. Não é crível um magistrado impedir que a PF tenha acesso a material apreendido lacrado, pois retira da polícia sua função investigativa. Mais grave ainda é permitir que somente a Procuradoria-Geral da República (PGR), cuja atribuição não é meramente a de investigar, mas, sim, a de acusar e representar os interesses da União e a execução e o cumprimento da lei, tenha acesso ao conteúdo. Não para por aí: o prazo exíguo dado pelo ministro à operação também carece de razoabilidade.

Prazos curtos, acareações inadequadas e demais atropelos às fases procedimentais podem ser uma forma deliberada de incubar nulidades que farão a festa da defesa do banco adiante, anulando tudo e livrando todos. Diante desse cenário de reiterados abusos e interesses supostamente particulares vindos de ministros da Suprema Corte, cabe a pergunta: quando o Senado cumprirá seu papel de tornar impedidos juízes que violam as prerrogativas de seu cargo?

» **Ricardo Santoro**
Lago Sul

Revisão de obras

GDF anuncia estudo para implantação de VLT na Avenida Hélio Prates. Eles estão dando um tiro no pé. Se andarmos pelo DF, veremos obras por todos os lugares e dinheiro público mal administrado. Há obras em lugares em que não era preciso mexer e obras que é preciso uma revisão, como o caso do viaduto do Recanto das Emas, na parte voltando do Gama para a Samambaia. Ali, quando passam ônibus e carros, é inseguro. Quem vem do Recanto das Emas passa pelo viaduto em alta velocidade, e quem está na outra mão fica esperando uma oportunidade de travessia para seguir o destino. Deveria ter uma lombada ou um semáforo para a redução da velocidade. Gostaria que a excelentíssima governadora passasse por ali em horário de pico.

» **Elias Rodrigues**
Brasília

Ambição

A China registrou, em 2025, um superavit recorde de US\$ 1,2 trilhão na balança comercial, apesar do tarifaço de Trump. Embora os Estados Unidos ainda não tenham fechado as contas do ano passado, amargaram resultados negativos ao longo do mesmo período. Ambição e arrogância fazem muito mal.

» **Emiliano Gonzaga Lopez**
Vicente Pires

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

A Groenlândia não é uma abstração geopolítica, mas um território autônomo, com povo, história e voz. Elegância diplomática, por parte de Trump, nesse caso, significaria reconhecer que soberania não se negocia, muito menos se impõe. Porém, ele não liga pra isso!

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

A briga entre Damares e Malafaia nos trouxe informações valiosas sobre corrupção envolvendo pastores e igrejas evangélicas. Que providências serão adotadas pelas autoridades competentes para sanear a área ?

Sylvio Belém — Recife

Caos na saúde e na segurança de Brasília, e o GDF acena com aporte em caso de prejuízo com banco liquidado. Nas eleições de 2026, o GDF aposta na curtíssima memória do eleitor.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

O GDF deveria criar um espaço onde todos tivessem o acesso a terapias gratuitas. A maioria das mães atípicas não tem condições de pagar um plano de saúde para os filhos!

Rosângela Falcão — Brasília

Ao dizer que “a arte existe porque a vida não basta”, Ferreira Gullar cunhou não só a mais poética definição da importância da arte como a mais objetiva forma de explicar que ela vai além dos limites da própria vida, que, sem ela, viver não valeria a pena. Lindo e perfeito.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

ERRAMOS

Ao contrário do que foi publicado na página 3, na edição de 15 de janeiro, a influenciadora Bella Falconi nega que seja irmã do empresário Fabiano Campos Zettel, cunhado do banqueiro Daniel Vorcaro.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.			
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br